

# EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA – AL.

## FAZEM PARTE INTEGRANTES DESTE EDITAL:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo III – Minuta Contratual

Anexo IV - Declaração Conjunta do Edital

Anexo V – Modelo de Proposta Comercial

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 31/2023  
(MENOR PREÇO POR ITEM)

### EDITAL DE LICITAÇÃO

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA – AL.

1. DO OBJETO
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3. DAS DEFINIÇÕES
4. DO CREDENCIAMENTO
5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
6. DO CADASTRO DA PROPOSTA E ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO
7. DA HABILITAÇÃO JURIDICA
8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REAJUSTADA
13. DOS RECURSOS
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
16. DO PREÇO
17. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
19. DO PAGAMENTO
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023**

**Processo Administrativo nº 10300015/2023**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, A Prefeitura Municipal de Igreja Nova - AL, com sede administrativa localizada na Praça Prof. Agnelo Moreira, nº 06, CEP: 57.280-000 – IGREJA NOVA/AL vem através do Pregoeiro (a) designado pela portaria Nº 062, de 20/09/2022, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 1.424, de 22 de agosto de 2003, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e Decreto Federal 10.024/19, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 17/01/2024**

**Horário: 09:00 (hora local)**

Local: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) ou [www.bnccompras.com](http://www.bnccompras.com)

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA – AL.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da prefeitura municipal de Igreja Nova - Alagoas, conforme classificação nos autos do processo em epigrafe.

**3. DAS DEFINIÇÕES**

- 3.1. **Sistema de Registro de Preços – SRP** - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e à aquisição de bens, para contratações futuras e eventuais
- 3.2. **Ata de Registro de Preços** – documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura e eventual contratação, onde se registram preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e nas propostas apresentadas;
- 3.3. **Órgão Gerenciador** – órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;
- 3.4. **Fica esclarecido que para a presente licitação o Órgão Gerenciador é a prefeitura municipal de Igreja Nova/Al;**
- 3.5. **Órgão Participante** – órgão ou entidade de Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços – SRP e integra a Ata de Registro de Preços;
- 3.6. **Órgão Aderente** – órgão ou entidade de outra esfera de Governo que, sem se enquadrar nas definições dos subitens anteriores, adere à Ata de Registro de Preços;
- 3.7. **FICA VEDADA A ADEÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINADA DESSE PREGÃO PARA FIGURA DO CARONA.**

**4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 4.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4. Como condição para participação no pregão, a licitante registrara, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:
- 4.5. Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.5.1. Manifesto, ainda, pleno conhecimento e aceitação de todas as regras do certame.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

5.1. Poderão participar da presente licitação os interessados, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos

5.2. Não poderão participar da presente licitação:

- 5.2.1. Empresa que explore ramo de atividade não compatível com o objeto licitado;
- 5.2.2. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.2.3. Empresa ou sociedade estrangeira;
- 5.2.4. Empresa suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar com administração pública;
- 5.2.5. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.2.6. Empresa que se encontre sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 5.2.7. O autor do Projeto Básico ou Executivo, pessoa física ou jurídica;
- 5.2.8. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou Executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 5.2.9. Empresas, inclusive filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro.
- 5.2.10. Servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 5.2.11. Empresa que esteja cumprindo pena de interdição temporária de direito devido à prática de atividades lesivas ao meio ambiente, nos termos da Lei nº 9.605/1998; e
- 5.2.12. Empresa que esteja proibida, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de participar de licitação junto a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.884/1994.
- 5.2.13. Sociedades cooperativas de mão-de-obra.

5.3. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), inclusive cooperativas assim qualificadas, participantes da presente licitação beneficiar-se-ão do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. Não poderá ter divergência de preço entre os itens de ampla concorrência e cotas, caso tenha essa diferença a empresa que ofertou o preço maior terá que se adequar ao menor preço, para o mesmo item.

5.5. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido concedido às microempresas e empresas de pequeno porte os interessados que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, abaixo transcrito:

“(…)

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

...

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

## **6. DO CADASTRO DA PROPOSTA E ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

6.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas e documentação apresentada.

6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1. Valor unitário e total do objeto;

6.6.2. Terá que conter obrigatoriamente marca e modelo (quando for o caso);

6.6.3. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. Juntamente após a empresa preencher a proposta de preços no sistema, ela terá que enviar sua proposta de preços mediante o sistema, ao qual terá em campo próprio espaço para inclusão da proposta de preços da licitante.

6.9. Deverá conter as seguintes declarações:

6.9.1. **DECLARAÇÃO** que no valor ofertado estar inclusa todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços, tais como, as despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, contribuições, seguros, despesas com materiais e mão de obra, e qualquer outra incidência fiscal, trabalhista, previdenciária e demais encargos necessários a perfeita prestação dos serviços objeto do pregão em epígrafe;

6.9.2. **DECLARAÇÃO** que validade da proposta no mínimo de **60 (sessenta) dias**;

6.9.3. **DECLARAÇÃO** que conhecemos as condições de pagamento de acordo com o previsto no instrumento convocatório;

6.9.4. **DECLARAÇÃO** que aceita e atende todas as especificações do objeto e condições constantes neste edital.

6.9.5. **DECLARAÇÃO** que está de acordo com todas as normas e condições deste pregão.

6.9.6. Deverá conter banco, agência e conta corrente.

6.9.7. Deverá conter ainda os dados do responsável pela assinatura do contrato (Nomes, Nacionalidade, Profissão, Estado civil, Cargo na empresa, CPF, RG e Endereço)

6.10. **Será desclassificada a licitante que não atender as exigências do edital.**

6.11. Na mesma tela que a empresa enviar sua proposta de preços, terá o campo para envio dos documentos de habilitação que terá que obrigatoriamente ser enviados antes do início da sessão pública.

6.11.1. **Para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação** o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) hora, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

6.12. Os licitantes que não estiverem cadastrados em todos os níveis do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar ou complementar a documentação a eles relativa antes do início da sessão pública.

6.13. O pregoeiro consultará no sistema se a empresa tem algum impedimento para licitar conforme abaixo:

6.13.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

6.13.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

6.13.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1819:3:22177869859655::NO:3,4,6::&cs=3ZYlitF1ioOy7Eb818YU9kq-X\\_uU](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1819:3:22177869859655::NO:3,4,6::&cs=3ZYlitF1ioOy7Eb818YU9kq-X_uU));

6.13.4. Caso o pregoeiro constate alguma restrição, a empresa será desclassificada do certame e será aberto processo administrativo para apurar a consulta da empresa ora restrita.

## 7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

- 7.1.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 7.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- 8.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.1.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão unificada emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais, Dívida Ativa da União, por elas administrados e contribuições sociais);
- 8.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- 8.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 8.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.1.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.2. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 9.1.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, apresentado na seguinte do seguinte modo: Balanço Patrimonial, Termo de Abertura e encerramento do livro diário, Demonstração do resultado do exercício (DRE), e Índices de liquidez conforme formulas abaixo;
- 9.1.2. Comprovação da situação financeira da empresa constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

- 9.1.2.1. Caso as empresas apresentem índices de liquidez inferior a 1 (um) deverão comprovar patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da licitação.
- 9.1.2.2. As empresas que fizerem sua escrituração por meio sped fiscal previsto Decreto Nº 1.800/96 no seu art. 78-A deverão apresentar o balanço via SPEED junto com recibo de entrega.

- 9.1.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura;
- 9.1.3. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.1.4. As certidões de falência ou concordata, sem prazo de validade, esta CPL considerará válida aquelas emitidas até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura dos documentos de habilitação.
- 9.2. **AS EMPRESAS, DEVERÃO COMPROVAR, AINDA, A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, POR MEIO DE:**
- 9.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.3. **AS EMPRESAS, DEVERÃO AINDA APRESENTAR AS SEGUINTE DECLARAÇÕES, CONJUNTAS OU ISOLADAS:**
- 9.4. Documentos complementares obrigatórios, as seguintes declarações:
- 9.4.1. ***Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (No caso da empresa ser ME, EPP ou COOP);***
- 9.4.2. ***Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;***
- 9.4.3. ***Que inexistem fatos supervenientes ou impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;***
- 9.4.4. ***Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.***
- 9.4.5. ***Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da instrução normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.***
- 9.5. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 9.5.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sendo concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma ao qual se dará após 24h do aviso de retomada de sessão.
- 9.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.8. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
10. **DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 10.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do objeto.
- 10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, o modo de disputa para esta sessão será o seguinte:
- 10.9. **ABERTO - etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**
- 10.9.1. ***A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que o item 6.9, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.***
- 10.9.2. ***Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 6.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.***
- 10.9.3. ***Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 6.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.***
- 10.10. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto do item
- 10.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.13. **Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 10.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.15. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da LC no 123, de 2006.
- 10.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo estabelecido e controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem em situação de empate,

será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

- 10.20. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei no 8.666, de 1993,
- 10.21. Assegurando-se a referência, sucessivamente, aos serviços:
- 10.21.1. Produzidos no País;
- 10.21.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 10.21.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 10.21.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 10.22. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei no 8.666, de 1993.

#### **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 11.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e à exequibilidade.
- 11.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.
- 11.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.4. **O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**
- 11.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.5.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

#### **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REAJUSTADA**

- 12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá estar no molde do item 6 e subsequentes.
- 12.1.1. Estar em papel timbrado da empresa, ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, rubricada e a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal;

#### **13. DOS RECURSOS**

- 13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 13.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 13.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**
- 15.1.** Após a homologação da licitação, será firmada ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que dela poderá vir ser assinado o Termo de Contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). A ATA em questão terá validade de 12 (doze) meses.
- 15.2.** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.3.** Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.4.** Antes da assinatura da Ata de Registro de Preço e/ou do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo ou ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.
- 15.4.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.5.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**16. DO PREÇO**

16.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento com base na Lei 8.666/93.

**17. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios da prestação do serviço, do recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato e/ou Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

**19. DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 20.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações administrativas previstas na Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei nº 12.846, de 2013, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções nelas previstas, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 20.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.
- 20.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.4. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.
- 20.5. Também poderão ser aplicadas as sanções nas hipóteses do art. 49 do Decreto 10.024/19.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 21.1. **Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.**
- 21.2. **O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.**
- 21.3. **As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.**
- 21.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpligrejanova@gmail.com](mailto:cpligrejanova@gmail.com), ou por petição dirigida ou protocolada na sede da prefeitura municipal de Igreja Nova - AL.
- 21.5. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**
- 21.6. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 21.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame
- 21.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão apensados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8. A(s) certidão(ões), cujo prazo de validade não estiver(em) mencionado(s) explicitamente, considerar-se-á(ão) válida(s) pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contado da(s) data(s) da(s) respectiva(s) emissão(ões).
- 22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 22.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) ou [www.bnccompras.com](http://www.bnccompras.com) e também poderá ser lido ou obtido na sala da CPL, nos dias úteis, no horário das 9 às 12h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.11.1. ANEXO I - Termo de Referência; ANEXO II – Minuta da Ata; ANEXO III – Minuta do contrato; ANEXO IV – Declaração Conjunta do Edital; ANEXO V - Modelo de proposta de preços

Igreja Nova/AL, em 27 de dezembro de 2023

---

**José Erivaldo Gomes dos Santos**  
Pregoeiro

## **ANEXO I**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **INTRODUÇÃO**

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, onde será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Igreja Nova/AL, em conformidade com o disposto no artigo 24 e no Anexo III da IN Seges/MPDG n° 5/2017. **Bem como Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.**

#### **OBJETO**

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa contratação de empresa especializada no fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Igreja Nova, junto as Secretarias Municipais.

#### **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Visando o cumprimento das atividades finalísticas atribuídas legalmente à Prefeitura Municipal de Igreja Nova/AL, este órgão necessita manter, concomitantemente, atividades administrativas que ofereçam suporte para sua realização plena. Neste contexto, inclui-se a aquisição de material de expediente para o ano de 2022.

A aquisição visa suprir as Secretarias Municipais com materiais que irão aparelhá-las, proporcionando melhores condições para desenvolver as suas atividades.

#### **NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA**

A contratação do objeto deste Estudo Preliminar deverá considerar os seguintes normativos:

- Instrução Normativa n° 05/2017 - SEGES/MPDG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei n° 8.666/93 e suas alterações;
- Lei n.º 10.520/2002, que institui a modalidade de licitação pregão;
- Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019. regulamenta o pregão na forma eletrônica;
- IN n° 1/2010 - SLTI/MPOG, que Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens,
- IN n° 05/2014 - SLTI/MPOG e suas alterações dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

#### **REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A contratação pretendida está alinhada com o PPA onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processos.

#### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, a entrega dos itens deverá ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias a contar da solicitação, podendo este ser estendido ou não a critério da administração. É necessário comunicar a secretaria solicitante a data e horário previsto para entrega. O local para entrega se dará na sede da Secretaria solicitante entre os horários de 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00. É de grande importância respeitar o prazo e horário para entrega.

A duração inicial do contrato/Ata de Registro De Preços deverá ser de 12 meses. Considerando-se tratar-se de serviço de natureza continuada, a contratação poderá ser estendida art. 57 da lei 8.666/93, tendo como benefício direto da contratação, a efetiva manutenção da prestação do serviço público.

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### **LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Diversas empresas podem fornecer os produtos deste estudo, por se tratar de bem comum, disponíveis no mercado.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas ao sistema Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de material de expediente destinados as Secretarias Municipais de Igreja Nova/AL.

#### **ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS**

A pesquisa de preços realizada neste estudo técnico preliminar utilizou o parâmetro I do Art. 2º da IN 5/2014 - SLTI/MPOG, pesquisa realizada através de consulta ao sistema Painel de Preços, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

#### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução será a contratação de empresa para fornecer material de expediente destinados as Secretarias Municipais de Igreja Nova/AL.

#### **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93, de modo a majorar a competitividade do certame. Anote-se que a adjudicação dos objetos deve ser procedida por itens/lotes, nos termos da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, devido ao fato de cada item/lote corresponder a uma licitação autônoma:

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGREJA NOVA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**"É obrigatória a admissão da adjudicação por item** e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (grifou-se)

A divisão do objeto não pode, portanto, causar prejuízo para o conjunto ou complexo licitado, observando-se que cada item/lote cinge-se a certame autônomo, com julgamento independente.

Os quantitativos mínimos estabelecidos no edital, por sua vez, devem resguardar a economia de escala, ou seja, deve observar que quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser o seu custo, até o limite em que a quantidade não importe, pois o preço manter-se-á reduzido.

Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

Por sua vez, na licitação por lotes há o agrupamento de diversos itens que formarão o lote. Destaca-se que para a definição do lote a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integrarão, pois os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Em determinados casos não é adequado o agrupamento de itens que, embora possuam o mesmo gênero, são produzidos e comercializados de forma diversa, tal como ocorre com o leite e seus derivados, como queijo e iogurtes. Embora possam ser comercializados pela mesma empresa (mercados, distribuidoras de alimentos, etc.), podem ter fabricantes específicos para cada produto, sendo oportuna a divisão em itens distintos, propiciando a participação de cooperativas de leite, indústrias de iogurte, mercados, distribuidores, etc., de modo a ampliar a competitividade e obter o menor preço possível. Todas as peculiaridades envolvidas devem, então, ser avaliadas.

Assevere-se que a licitação por item não há óbices para que as licitantes participem do certame de forma integral, apresentando propostas para todos os itens/lotos, embora cada qual em envelope específico, ou que sua participação seja parcial, com oferta para apenas um ou alguns itens/lotos.

O grande diferencial da licitação por item é o seu processamento, que assegura economia processual à Administração, já que concentra diversas contratações em um único procedimento.

**No caso em apreço para essa contratação, ver-se imperiosa a licitação por item por esta ser a mais vantajosa para a administração.**

**DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Com base nos estudo exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Secretaria de Planejamento, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

Igreja Nova - AL, 01 de setembro de 2022.

**Mônica Dantas Arruda Silva**  
Secretária Municipal de Planejamento

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

1.1 Contratação de empresa (as) para eventual aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Igreja Nova/AL.

**2. JUSTIFICATIVA:**

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo o levantamento e caracterização das especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, buscar no mercado o orçamento dos custos e indicação da disponibilidade dos recursos orçamentários para fim de balizar a contratação, assim como estabelecer prazo, local de entrega, forma de fornecimento, pagamento e condições de execução contratual do objeto.

2.2 A contratação se faz necessária para suprir as necessidades das Secretarias Municipais em equipar seus setores e melhorar as condições de trabalho.

**3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO:**

3.1 As especificações e os quantitativos estão discriminados no "Anexo I - especificações e quantitativos".

**4. VALOR ESTIMADO:**

4.1 O custo estimado da contratação estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço foi levantado em pesquisa de preço que será considerada como referencial de valor máximo unitário e global, por item no fornecimento dos produtos, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas com valores superiores.

**5. CONDIÇÕES GERAIS:**

5.1 Sugerimos a realização de Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preço, de acordo com as normas que regem as Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 7.892/2013 e demais normas aplicáveis a matéria. O objeto do presente Termo de Referência será fornecido pelo menor preço ofertado nas propostas.

5.2 A Empresa deverá manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste Termo de Referência.

5.3 Poderá ser solicitado ao fornecedor, pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Licitação, informações adicionais necessárias, laudos técnicos de análise, amostras dos produtos e outros, a qualquer tempo e/ou fases do procedimento licitatório, com a finalidade de dirimir dúvidas e instruir as decisões relativas ao julgamento.

5.4 A Contratante não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme necessidade demandada.

5.5 No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à entrega do objeto.

5.6 Os fornecedores deverão constar na proposta a MARCA, **inclusive o modelo (quando for o caso)**, dos produtos cotados, sendo todos de primeira linha de mercado, sob pena de desclassificação de plano da proposta.

5.7 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar visitas técnicas para análises *in loco*, previamente agendadas, inclusive podendo eliminar determinado produto mediante análise efetuada após visita técnica.

5.8 Os produtos cotados poderão ser desclassificados, mediante a análise das suas amostras, sendo convocado o 2º classificado no certame e, assim,

sucessivamente.

5.9 A licitante desclassificada terá 48 (quarenta e oito) horas de prazo para retirar as amostras apresentadas dos produtos desclassificados, após a homologação do processo licitatório. A arrematante deverá retirar as amostras dos produtos classificados no ato da entrega dos produtos.

5.10 A (s) empresa (s) vencedora (s) do processo licitatório deverá (ão) entregar os produtos de acordo com a (s) amostra (s) apresentada (s).

#### **6. CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

6.1 O fornecimento do material cotado deverá ser providenciado, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de expedição da Ordem de Fornecimento, enviada a empresa através de e-mail ou de outro meio hábil.

6.2 Para efeito de verificação da conformidade ou não do material fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA/AL, através do Setor Competente a ser identificado, terá o prazo de 24 horas, contado da data de entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva nota fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta instituição.

6.3 O material solicitado deverá ser entregue na sede da Secretaria solicitante ou em endereço informado na Autorização de Despesa e/ou Ordem de Fornecimento, das 8h à 11h00min, e das 14h00min às 16h00min (horário local), em dias úteis.

6.4 A CONTRATADA deverá executar fielmente as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado.

6.5 A CONTRATADA, em caso de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo, deverá promover sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação do Órgão público municipal requerente.

6.6 Caso o produto necessitar de troca, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

#### **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

7.1 O pagamento a CONTRATADA será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo funcionário responsável pelo recebimento dos materiais.

7.2 A Nota Fiscal deverá vir acompanhada, no ato da entrega do material, de todas certidões negativas de débito, inclusive a municipal, e constar também, os dados bancários para o depósito de pagamento.

7.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida em CNPJ informada pela administração municipal, sempre em observância as especificações e quantidades contidas na Ordem de Fornecimento.

7.4 Havendo erro na Nota Fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado, até que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para sanar o problema.

#### **8. DAS PENALIDADES:**

8.1 A CONTRATADA que ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2 Pela infração das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Adjudicatária as

seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;

8.3 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**9. DA VIGÊNCIA:**

9.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, assim como o contrato firmado através desta Ata, quando for o caso, podendo este contrato ser prorrogado observando o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

**10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1 A despesa decorrente da contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento destinados a cada Secretaria Municipal.

Igreja Nova/AL, 01 de novembro de 2023

**Mônica Dantas Arruda Silva**  
Secretária Municipal Planejamento

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

QUANTITATIVOS - LICITATÓRIO MATERIAL DE EXPEDIENTE 2024													
ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE	GABINETE	ASSISTÊNCIA	SALVAMENTO	EDUCAÇÃO	AGRICULTURA	TRANSPORTE	ESTRUTURAS	INFRAESTRUTURA	ADM	SETOR DE COMPRAS	QUANTITATIVO TOTAL DO ITEM
01	Agenda, tipo: planner, revestimento capa: papelão, quantidade folhas:150 un, gramatura:120 g/m2, comprimento:210 mm, tipo encadernação: encadernação espiral, largura:150 mm, tipo papel miolo: ofsete, características adicionais: conforme modelo do órgão	UNID	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
02	Alfinete Mapa, Material: Metal, Aplicação: Mapa, Comprimento: 15 MM, Cor: Vermelha, Material Cabeça: Plástico, Formato Cabeça: Redondo, Tratamento Superficial: Niquelado. Caixa com 50 unidades.	CX	10	5	300	300	10	0	0	100	300	0	755
03	Almofada carimbo, material caixa: plástico reciclado, material almofada: esponja absorvente revestida de tecido, tamanho: nº 4, cor: azul, tipo: entintada, comprimento:146 mm, largura:90 mm	UNID	10	10	50	30	5	0	0	0	50	0	155

04	Almofada carimbo, material caixa: plástico reciclado, material almofada: esponja absorvente revestida de tecido, cor: preta, tipo: entintada, comprimento:120 mm, largura:90 mm	UNID .	10	0	50	30	3	0	0	0	50	0	143
05	Apontador lápis, material: plástico, tipo: mesa, tamanho: conforme modelo do órgão, quantidade furos:1, características adicionais: com depósito, lâmina aço inoxidável	UNID .	0	5	100	10	10	0	0	0	100	0	225
06	Apontador lápis, material: termoplástico, tipo: escolar, cor: variada, tamanho: médio. Caixa com 12 unidades	CX	10	0	100	10	10	0	0	0	0	0	140
07	Balão festa, material: borracha natural, látex, cor: liso, c/ cor variada, tamanho: n° 7. Pacote com 50 Unidades	PCT.	10.000	0	500	200	0	0	0	0	0	0	10.700
08	Barbante algodão, quantidade fios:8 unid, acabamento superficial: torcidos, cor: branca. Rolo com 250g	UNID .	50	0	50	30	30	0	0	0	30	0	190
09	Bloco recado, material: papel, cor: rosa, largura:76 mm, comprimento:102 mm, tipo: removível, características adicionais: autoadesivo, post it. Bloco com 100 folhas	UNID .	100	0	100	100	1000	0	0	0	100	10	1410
10	Bloco recado, pacote com 4 blocos com 100 folhas cada, material: papel, cor: amarela,	UNID .	100	0	100	100	1000	0	0	0	100	10	1410

	largura:38 mm, comprimento:50 mm, tipo: removível, características adicionais: auto adesivo, post it												
11	Bola isopor, diâmetro:25 mm, aplicação: artes, cor: branca	UNID .	0	0	30 0	0	0	0	0	0	0	0	300
12	Bola isopor, diâmetro:50 mm	UNID .	0	0	30 0	0	0	0	0	0	0	0	300
13	Bola isopor, diâmetro:60 mm, aplicação: artes, cor: branca	UNID .	0	0	30 0	0	0	0	0	0	0	0	300
14	Borracha apagadora escrita, material: borracha, cor: branca, tipo: macia, características adicionais: tipo ponteira, aplicação: para lápiz. Pacote com 100 unidades	PCT.	0	3	50	30	1	0	0	0	0	50	134
15	Borracha apagadora escrita, material: borracha, medidas mínimas: comprimento:42 mm, largura:21 mm, altura:11 mm, cor: branca, características adicionais: capa plástica protetora. Caixa com 24 unidades	CX	0	0	20 0	100	80	0	0	0	5 0	6	436
16	Borracha apagadora escrita, material: látex, medidas mínimas: comprimento:23 mm, largura:32 mm, altura:7 mm, cor: branca. Caixa com 24 unidades	CX	10	0	20 0	100	80	0	0	0	1 0	6	406
17	Brinquedo em geral - tapete infantil pedagógico, material: borracha sintética EVA,	UNID .	50	0	0	40	0	0	0	0	0	0	90

	cor: diversas, características adicionais: antialérgico, articulados, selo INMETRO, dimensões:30 x 30 x 0,10 cm. Embalagem com 10 peças												
18	Caderno, material: celulose vegetal, capa dura apresentação: espiral, quantidade folhas:200 folhas, com 10 matérias, comprimento:200 mm, largura:275 mm	UNID .	0	0	150	100	10	0	0	0	0	0	250
19	Caderno, material: celulose vegetal, material capa dura apresentação: espiral, quantidade folhas:96 folhas, comprimento:200 mm, largura:275 mm	UNID .	0	0	150	200	8	0	0	0	0	0	250
20	Caderno, 1/4 material: celulose vegetal, capa dura, apresentação: brochura, quantidade folhas:96 folhas, medidas mínimas: comprimento:200 mm, largura:140 mm	UNID .	0	0	150	300	15	0	0	0	50	0	515
21	Caixa arquivo, material: papelão ondulado, dimensão mínima: (C x L x A):40 x 17,0 x 29 cm, cor: pardo, impressão: padrão, características adicionais: com trava. Caixa com 15 unidades	CX	100	0	300	0	100	0	0	0	100	0	600
22	Caixa arquivo, material: plástico corrugado, dimensão mínima (C x L x A):38,0 x 17,0 x 29,0 cm,	CX	100	0	300	0	100	0	10	0	0	6	516

	cor: colorido, impressão: padrão, características adicionais: com trava. Caixa com 10 unidades.												
23	Caixa arquivo, material: plástico corrugado, dimensão mínima (C x L x A):35,0 x 13,0 x 24,5 cm, cor: pardo, impressão: padrão, características adicionais: com trava	UNID .	100	0	300	150	100	0	0	30	0	0	680
24	Calculadora eletrônica, número dígitos:12 unid., tipo: mesa (4 operações básicas), fonte alimentação: pilha AA, características adicionais: visor LCD com inclinação, cálculo de porcentagem	UNID .	10	0	50	20	10	0	2	0	30	6	128
25	Calculadora eletrônica, número dígitos:8 unid, tipo: bolso, fonte alimentação: pilha, cor: preta, comprimento aproximado:90 mm, largura:50 mm, altura:5 mm	UNID .	10	0	50	0	5	0	0	0	0	0	65
26	Canaleta PVC, comprimento:30 cm, largura:7 mm, capacidade:30 folhas, cor: preta, tipo uso: encadernação, tamanho:A4. Embalagem com 10 unidades.	Unid	100	0	0	0	10	0	0	0	0	0	100
27	Caneta esferográfica, material: plástico reciclado, quantidade cargas:1 unid, material ponta: latão com esfera de tungstênio,	CX	50	0	750	100	10	0	3	100	50	50	1113

	tipo escrita: média, cor tinta: azul ou preta características adicionais: corpo sextavado, transparente e orifício lateral. Caixa com 50 unidades. Solicitar amostra.												
28	Caneta esferográfica, material: plástico, quantidade cargas:1 unid, material ponta: aço inoxidável com esfera de tungstênio, tipo escrita: grossa, cor tinta: azul e preta, características adicionais: corpo cilíndrico. Caixa com 50 unidades	CX	50	0	75 0	100	10	0	0	0	5 0	0	960
29	Caneta hidrográfica, material: plástico, material ponta: feltro, aplicação: papel, características adicionais: 12 cores e estojo	UNID	0	0	10 0	100	0	0	0	0	5 0	0	250
30	Caneta permanente, material corpo: plástico, material ponta: média, cor tinta: preta, características adicionais: espessura ponta 2mm. Caixa com 12 unidades	CX	20	0	10 0	30	20	0	0	0	0	6	176
31	Capa encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, tipo:A4, cor: incolor, formato:210 x 297 mm, espessura:0,30 mm. Pacote com 50 unidades.	PCT	100	0	0	100 0	100	0	0	0	0	0	1200

32	Cartolina laminada, cor: variada, 180g comprimento mínimo:60 cm, largura:48 cm. Pacote com 20 unidades.	PCT	0	0	100	1000	0	0	0	0	0	0	1100
33	Clipe, Tratamento Superficial: Galvanizado, Aplicação: Fixar Papéis E Similares, Tamanho: 2/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo. Caixa com 100 unidades	CX	50	0	300	100	100	0	2	200	100	20	872
34	Clipe, Tratamento Superficial: Galvanizado, Aplicação: Fixar Papéis E Similares, Tamanho: 3/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo. Caixa com 50 unidades	CX	50	10	300	100	80	0	2	200	100	20	862
35	Clipe, tratamento superficial: galvanizado, tamanho:6/0, material: metal, formato: trançado. Caixa com 50 unidades	CX	50	0	300	100	50	0	0	0	100	20	620
36	Clipe, tratamento superficial: galvanizado, tamanho:8/0, material: metal, formato: trançado. Caixa com 25 unidades	CX	50	8	300	100	40	0	0	0	100	20	618
37	Clipe, Tratamento Superficial: Niquelado, Aplicação: Fixar Papéis E Similares, Tamanho: 4/0, Material: Aço Carbono, Formato: Paralelo. Caixa com 50 unidades	CX	50	0	300	100	70	0	2	200	100	20	842
38	Cola 20g, aplicação: papel, cor: branca, tipo: bastão, características adicionais: lavável, não	CX	0	0	100	300	40	0	0	0	30	12	482

	tóxica. Caixa com 12 unidades												
39	Cola branca, Material: Polivinil Acetato - PVA, Aplicação: Papel, Cor: Branca, Tipo: Líquida, Características Adicionais: Frasco Com Bico Aplicador, Peso: 1000 G	UNID .	10	0	100	10	0	0	0	0	30	0	250
40	Cola branca, material: polivinil acetato - PVA, aplicação: papel, cor: branca, tipo: pastosa, peso: 500 g	UNID	0	0	100	20	0	0	0	0	0	0	120
41	Cola glitter cor: variada, aplicação: escolar, características adicionais: peso 23g/atóxica, lavável. Caixa com 6 unidades	CX	0	0	100	30	0	0	0	0	30	0	260
42	Cola INSTANTÂNEA, Aplicação: Vidro, Borracha, Plástico, PVC, Metal, Acrílico, Náilon, Cor: Incolor, Tipo: Instantânea, Características Adicionais: Gel, Apresentação: embalagem 20g, Composição: Cianiacrilato	UNID .	10	0	200	30	0	0	0	0	30	0	570
43	Cola, aplicação: papel, isopor e E.V.A, cor: incolor, características adicionais:90g, atóxica composição: polivinil acetato - PVA. Caixa com 6 unidades.	CX	0	0	100	50	0	0	0	0	0	0	200
44	Cola, composição: polivinil acetato - PVA, cor: branca, aplicação: escolar, características	CX	10	0	200	30	0	0	0	0	0	0	290

	adicionais: lavável, não tóxica, validade mínima 18 meses, tipo: líquido. Caixa com 12 unidades de 40 g												
45	Cola colorida, composição: polivinil acetato - PVA, cor: variada, aplicação: escolar, características adicionais: peso 23g/secagem rápida/atóxica, tipo: líquido viscoso. Caixa com 6 unidades.	CX	0	0	10 0	100	30	0	0	0	3 0	0	260
46	Cola, composição: silicone, cor: incolor, aplicação: pistola quente, características adicionais: amolecimento a 86°C +/- 3°C, insolúvel/diâmetr o 11, tipo: bastão. Pacote com 1kg	PCT	10	0	10 0	200	30	0	0	0	3 0	0	370
47	Cola, composição: silicone, cor: incolor, aplicação: pistola quente, características adicionais: com 7,5 mm de diâmetro e 30 cm de comprimento, tipo: bastão. Pacote com 1kg	PCT	10	0	10 0	100	20	0	0	0	3 0	0	260
48	Colchete fixação, material: aço, tratamento superficial: cromado, tamanho: n° 12. Caixa com 72 unidades.	CX	10	0	0	50	0	0	0	10 0	0	0	160
49	Colchete fixação, material: aço, tratamento superficial: cromado, tamanho: n° 08. Caixa com 72 unidades.	CX	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10

50	Colchete fixação, material: aço, tratamento superficial: cromado, tamanho: n° 04. Caixa com 72 unidades.	CX	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
51	Colchete fixação, material: aço, tratamento superficial: latonado, tamanho: n° 6. Caixa com 72 unidades.	CX	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
52	Colchete fixação, material: latão, tamanho: n° 10. Caixa com 72 unidades.	CX	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
53	Contra Capa encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, tipo:A4, cor: preta, formato:210 x 297 mm. Pacote com 50 unidades.	PCT	100 0	0	20 0	100	100	0	0	0	0	0	1400
54	Corretivo fita, material: base de poliacrilato, comprimento mínimo:6 m, largura:4 mm, aplicação: apagar caneta esferográfica. Caixa com 12 unidades	CX	10	0	10 0	100	20	0	0	20	5 0	12	312
55	Corretivo líquido, material: base d'água - secagem rápida, aplicação: papel comum, características adicionais: atóxico, com 18 ml. Caixa com 12 unidades	CX	10	0	15 0	100	10	0	0	0	5 0	12	332
56	Elástico látex amarelo, material: látex, n° 18, aplicação: amarrar numerário. Pacote com 120 unidades	PCT	50	0	11 00	20	20	0	0	20 0	3 0	10	1430
57	Emborrachado, material: borracha EVA, comprimento:60 cm, largura:40 cm, espessura:2	UNID	0	0	10 0	200		0	0	0	0	0	300

	mm, padrão: liso, cor: variada.													
58	Envelope A4, material: offset, modelo: saco padrão, tamanho (c x l):229 x 324 mm, cor: branco, gramatura:75 g/m2. Caixa com 100 unidades	CX	100	0	30 00	20	1000	0	0	0	0	100	8440	
59	Envelope Ofício material: kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l):240 x 340 mm, cor: parda, gramatura:110 g/m2. Caixa com 250 unidades	CX	100	0	30 00	20	500	0	0	20 0	0	0	3820	
60	Envelope, material: Kraft, modelo: saco comum, tamanho (c x l):130 x 95 mm, cor: ouro, gramatura:90 g/m2. Caixa com 100 unidades	CX	100	0	30 00	20	100	0	0	0	0	100	3320	
61	Envelope, material: Kraft, modelo: saco padrão, tamanho (c x l):200 x 280 mm, cor: ouro, gramatura:80 g/m2. Caixa com 250 unidades	CX	100	0	30 00	20	300	0	0	0	0	0	3420	
62	Envelope, material: papel Kraft, gramatura:90 g/m2, tipo: saco comum, comprimento:340 mm, cor: ouro, largura:240 mm. Caixa com 100 unidades	CX	100	0	30 00	20	500	0	0	0	0	0	3620	
63	Espeto papel, material: arame polido, altura haste:14 cm, diâmetro base:9 cm, tratamento superficial: cromado, características adicionais: ponteira de borracha	UNID	5	0	0	0	0	0	0	10	0	0	5	

64	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:12 mm, comprimento:330 mm, cor: incolor, quantidade folhas:70. Pacote com 100 unidades	PCT	20	50	0	100	20	0	0	0	0	0	190
65	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:14 mm, comprimento:330 mm, quantidade folhas:80. Pacote com 100 unidade	PCT	20	50	0	100	20	0	0	0	0	0	190
66	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:17 mm, comprimento:330 mm, quantidade folhas:100. Pacote com 100 unidades	PCT	20	50	0	100	30	0	0	0	0	0	190
67	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:25 mm, comprimento:300 mm, cor: preta, quantidade folhas:160. Pacote com no mínimo 45 unidades	PCT	20	50	0	100	30	0	0	0	0	0	190
68	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:29 mm, comprimento:300 mm, cor: preta, quantidade folhas:200. Pacote com no mínimo 35 unidades	PCT	20	50	0	100	30	0	0	0	0	0	190
69	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:9 mm, comprimento:330 mm, cor: incolor,	PCT	20	50	0	100	30	0	0	0	0	0	190

	quantidade folhas:50. Pacote com 100 unidades													
70	Espiral encadernação, material: PVC - cloreto de polivinila, diâmetro:25 mm, comprimento:300 mm, cor: incolor, quantidade folhas:160. Pacote com no mínimo 45 unidades	PCT	20	50	0	100	30	0	0	0	0	0	0	190
71	Estilete desenho, material corpo: plástico resistente, largura lâmina:18 mm, tipo lâmina: retrátil, tipo fixação lâmina: encaixe de pressão	UNID	20	100	30 0	50	20	0	0	0	2 0	50	560	
72	Etiqueta adesiva, material: papel monolúcido opaco, cor: branco fosco, largura:101,60 mm, aplicação: impressora laser, tipo: autoadesiva, altura:50,80 mm, gramatura:75 g/m2, características adicionais 1:adesivo acrílico emulsionado permanente, apresentação:10 etiquetas por folha. Embalagem com 100 folhas.	UNID	10	0	10 0	0	10	0	0	0	0	0	120	
73	Etiqueta adesiva, material: papel, cor: branca, aplicação: impressora laser, tipo: autoadesiva, altura:25,4 mm, características adicionais 1:adesivo acrílico emulsionado permanente,	CX	10	0	10 0	0	10	0	0	0	0	0	120	

	apresentação:30 etiquetas por folha, largura:66,70 mm. Embalagem com 100 folhas												
74	Extrator grampo, material: aço inoxidável, tipo: espátula, tratamento superficial: cromado, características adicionais: dimensões 150 x 20 mm	UNID .	10	20	25 0	100	10	0	0	0	5 0	5	445
75	Fita adesiva, material: crepe, tipo: monoface, largura:19 mm, comprimento:50 m	UNID .	10	0	30 0	100	10	0	0	20	0	0	440
76	Fita adesiva, material: filme acetato de celulose e adesivo acrílico, tipo: mágica, largura:12 mm, comprimento:65 m, cor: incolor, características adicionais: autoadesiva	PCT	10	0	30 0	50	10	0	0	0	0	6	376
77	Fita adesiva, material: plástico, largura:48 mm, comprimento:50 m, cor: incolor. Pacote com 05 unidades	PCT	10	0	30 0	100	10	0	0	0	0	6	426
78	Fita adesiva, material: polipropileno transparente, tipo: dupla face, largura:12 mm, comprimento:30 m, cor: incolor, aplicação: multiuso	UNID .	10	0	50 0	100	20	0	0	0	3 0	0	660
79	Fita plástica adesiva, material: filme polipropileno, largura:12 mm, comprimento:10 m, cor: variada. Pacote com 10 unidades	PCT	10	0	30 0	30	0	0	0	0	0	0	340

80	Fita, material: cetim, largura:22 mm, Comprimento: 10 metros, cor: azul, branca, preta, verde, vermelha	UNID .	10	0	300	30	0	0	0	0	0	0	0	340
81	Folha isopor, comprimento:1 m, largura:0,50 m, espessura:10 mm	UNID .	0	0	500	50	0	0	0	0	0	0	0	500
82	Folha isopor, comprimento:1 m, largura:0,50 m, espessura:15 mm	UNID .	0	0	500	50	0	0	0	0	0	0	0	550
83	Folha isopor, comprimento:1 m, largura:0,50 m, espessura:20 mm	UNID .	0	0	500	50	0	0	0	0	0	0	0	550
84	Folha isopor, comprimento:1 m, largura:0,50 m, espessura:5 mm	UNID .	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	500
85	Fragmentadora papel, capacidade de corte 10 folhas A4, nível de segurança P4, funções de corte papel /cartão de crédito /clips / grampos / cd, capacidade da lixeira 21 litros, voltagem 220/110V.	UNID .	10	5	10	0	3	0	0	0	0	0	3	28
86	Giz cera, material: cera plástica com corante atóxico, embalagem com 12 cores variadas, peso mínimo 110g, tamanho: grande, espessura: grossa	UNID .	0	0	200	0	0	0	0	0	0	0	0	200
87	Glitter, material: PVC - cloreto de polivinila, aspecto físico: partículas metalizadas, cor: sortida, aplicação: decoração/roupa/a	CX	0	0	200	50	0	0	0	0	0	0	0	250



	Caixa com 5.000 grampos													
94	Grampo grampeador, material: metal, tratamento superficial: latonado, tamanho:23/13. Caixa com 5.000 grampos	CX	10	0	0	0	20	0	0	0	0	2	32	
95	Grampo para grampeador, material: metal, tratamento superficial: cobreado, tamanho:106/8. Caixa com 5.000 unidades	CX	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10	
96	Grampo trilho encadernador, material: plástico, comprimento:195 mm, tipo: lingueta, aplicação: documentos, características adicionais: capacidade 300 folhas. Pacote c/ 50 unidades	PCT	50	0	0	0	10	0	0	0	0	0	60	
97	Grampo trilho encadernador, material: plástico, comprimento:27 cm, aplicação: fixação folhas em processos, características adicionais: pressão, garra, capacidade 200 folhas. Pacote c/ 50 unidades	PCT	50	0	0	0	10	0	0	0	0	50	110	
98	Guilhotina, material: chapa aço, tipo: portátil, comprimento mínimo lâmina:30 cm, funcionamento: manual, capacidade corte:20 folhas, alavanca: normal, material lâmina:	UNID	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	

	<p> aço temperado oxidado, descida de lâmina: posição de ablicuidade, tipo corte: suave, base de corte: chapa metálica, régua: milimétrica, esquadros: lateral e central, cor: cinza, aplicação: corte de papel e apostila</p>												
99	<p>Lápis de cor, material: madeira, embalagem com 12 cores diversas, formato: sextavado, características adicionais: lápis de cor aquarelável</p>	UNID	0	0	50	50	0	0	0	0	0	0	100
100	<p>Lápis marca texto em gel, material plástico, tipo ponta fluorescente, não tóxico, não resseca, ponta retrátil. Cor a definir - Caixa com 06 unidades. Ref.: Faber-Castell, equivalente ou superior.</p>	UNID	30	200	200	200	24	24	10	10	10	12	720
101	<p>Lápis preto, material corpo: madeira, diâmetro carga:2 mm, dureza carga: HB, formato corpo: sextavado, material carga: grafite. Caixa com 144 unidades</p>	CX	0	0	50	0	10	0	0	0	50	0	110
102	<p>Lápis preto, material corpo: madeira, dureza carga:5b, formato corpo: sextavado, características adicionais: sem borracha apagadora, material carga: grafite.</p>	UNID	0	0	50	500	8	0	0	0	20	0	570

103	Livro ata, material: papel offset, quantidade folhas:100 unid, gramatura:63 g/m2, comprimento:300 mm, largura:210 mm, características adicionais: folhas pautadas sem margem, capa dura	UNID .	50	0	100	30	10	0	0	0	0	0	190
104	Livro de ponto quantidade folhas: 100, tipo capa: dura, cor capa: preta, comprimento: 330 Mm, Largura: 216 Mm, Uso: Administrativo	UNID .	0	0	0	0	0	0	0	25	25	0	50
105	Livro protocolo, quantidade folhas:104 unid, comprimento:216 mm, largura:154 mm, tipo capa: dura, gramatura folhas:63 g/m2, material folhas: papel offset	UNID .	50	0	1000	30	20	0	0	0	0	2	1102
106	Marcador página, cor:5 cores sortidas, medidas mínimas largura:1,1 cm, comprimento:4,3 cm, aplicação: codificação / marcação folhas processo, características adicionais: folhas c/tarja adesiva / removível / reutilizável. Embalagem com no mínimo 120 unidades (no mínimo 24 unidades de cada cor)	UNID .	500	0	500	500	1000	0	0	0	0	15	2515
107	Massa modelar, composição básica: cera, quantidade cores:12 unid, cor: variada, características opcionais: sem moldes, características	Unid	0	0	100	50	0	0	0	0	0	0	150



	50 unidades													
113	Papel cartolina, material: celulose vegetal, gramatura:140 g/m2, cor: branca, comprimento:660 mm, largura:500 mm. Pacote com 100 unidades	PCT	0	0	100	100	0	0	0	0	0	0	0	3100
114	Papel celofane, comprimento 80, largura 80, aplicação trabalhos educativos, apresentação folha. Cor a definir.	UNID	0	500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	500
115	Papel color set (Carmem), cor: variada, aplicação: confecção de cartazes, medidas mínimas: comprimento 60 cm, largura 45 cm, gramatura:120 g/m2. Pacote com 20 unidades.	PCT	10	0	100	200	30	0	0	0	0	0	0	340
116	Papel crepom, material: celulose vegetal, gramatura:18 g/m2, comprimento:2 m, largura:48 cm, cor: variada. Pacote com 10 unidades	PCT	0	0	50	100	0	0	0	0	0	0	0	150
117	Papel Kraft, material: celulose vegetal, gramatura:80 g/m2, comprimento:96 cm, largura:66 cm, cor: parda	UNID	0	0	0	200	30	0	0	0	0	0	0	230
118	Papel laminado, cor: variada, comprimento:60 cm, largura:50 cm	UNID	0	0	500	500	0	0	0	0	0	0	0	1000

119	Papel para impressão formatado, tipo: couchê, tamanho (c x l):297 x 210 mm, gramatura:180 g/m2, cor: branco, característica adicional: acabamento brilhante / glossy. Pacote com 50 unidades	PCT	100	50	1000	200	200	0	0	0	10	0	1560
120	Papel para impressão A4 formatado, tipo: reciclado, tamanho (c x l):297 x 210 mm, gramatura:75 g/m2, cor: natural. Caixa com 10 resmas.	CX	50	0	200	0	50	0	0	0	0	0	300
121	Papel para impressão formatado, tipo: sulfite/apergaminhado/ofício, tamanho (c x l):297 x 210 mm, gramatura:75 g/m2, cor: branco, característica adicional: alvura superior. Caixa com 10 resmas	CX	50	150	200	120	80	100	30	15	10	100	1040
122	Papel para impressão A4 Colorido formatado, tipo: sulfite/apergaminhado/ofício, tamanho (c x l):297 x 210 mm, gramatura:75 g/m2, cor: colorido. Caixa com 10 resmas com 500 unidades	CX	50	1	200	20	0	0	0	0	0	0	271
123	Papel seda, material: celulose vegetal, comprimento:60 cm, largura:48 cm, cor: variada, gramatura:18 g/m2	UNID	0	0	500	1000	0	0	0	0	0	0	1500
124	Papel vergê, material: celulose vegetal, tipo: clássico, cor: branco linho, gramatura:180 g/m2,	PCT	200	5	500	100	0	0	0	0	0	100	905

	comprimento:297 mm, largura:210 mm, formato:A4. Pacote com 50 folhas.													
125	Pasta arquivo, material: cartão marmorizado, tipo: suspensa pendular, largura:365 mm, altura:240 mm, cor: marrom, características adicionais: plastificada; ponteira e grampos plásticos; visor, gramatura:350 g/m2	UNID .	50	0	500	0	100	0	0	0	0	0	0	650
126	Pasta arquivo, material: cartolina plastificada, tipo: com abas e elástico, largura:230 mm, cor: azul, prendedor interno:2 pinos, comprimento:340 mm	UNID .	50	0	500	100	30	0	0	20	0	0	0	700
127	Pasta arquivo, material: papelão, tipo: catálogo, largura:250 mm, altura:340 mm, cor: preta, características adicionais: capa PVC /prendedor: 4 parafusos. Com 50 sacos	UNID .	50	0	500	100	20	0	0	0	0	0	0	670
128	Pasta arquivo, material: plástico corrugado flexível, tipo: abas e elástico, largura:335 mm, altura:235 mm, lombada:2 cm, tamanho: Ofício	UNID .	50	0	500	100	50	0	0	0	20	0	0	720
129	Pasta arquivo, material: plástico transparente, tipo: sanfonada, largura:225 mm, altura:350 mm, lombada:30 mm, características	UNID .	50	0	500	100	30	0	0	0	20	0	0	700

	adicionais 3:com 2 visores, 12 divisões com etiquetas, elástico													
130	Pasta arquivo, material: polipropileno, largura:250 mm, altura:350 mm, cor: incolor, características adicionais: com aba e elástico, sem lombo, tamanho: ofício, aplicação: arquivo de documento	UNID .	50	0	50 0	0	50	0	0	0	0	0	0	550
131	Pasta arquivo, material: polipropileno, tipo: simples, largura:245 mm, altura:335 mm, lombada:35 mm, cor: variada, características adicionais: com elástico	UNID .	50	0	50 0	100	30	0	0	0	0	0	20	700
132	Pasta arquivo, tipo: AZ, largura:230 mm, altura:360 mm, lombada: estreita 60mm. Cor: preta, prendedor interno: ferragem alta.	UNID .	50	0	50 0	100	50	0	0	0	0	2 0	0	720
133	Pasta arquivo, tipo: AZ, largura:280 mm, altura:350 mm, lombada:80 mm, cor: preta, prendedor interno: ferragem alta.	UNID .	50	0	50 0	100	30	0	10	0	0	0	500	1880
134	Percevejo, material: metal, tratamento superficial: latonado, tamanho:10 mm. Caixa com 100 unidades	CX	0	0	10 00	0	0	0	0	0	0	1 0	0	1010
135	Perfurador papel, material: metal, tipo: médio, tratamento superficial: pintado, capacidade perfuração:30	UNID .	10	0	50	0	10	0	0	0	0	2	5	77

	folhas, funcionamento: manual, características adicionais: aparador de plástico, furos redondos com maginador													
136	Perfurador papel, material: metal, tipo: médio, tratamento superficial: níquelado, capacidade perfuração:60 folhas, funcionamento: manual, quantidade furos:2 unidades	UNID .	10	0	50	10	10	0	2	10	0	2	94	
137	Perfuradora papel para espiral (encadernadora)ma terial: metal e plástico, funcionamento: manual, tratamento superficial: níquelado, tipo furo: redondo, capacidade perfuração:15 folhas	UNID .	10	3	0	0	0	0	0	0	0	0	13	
138	Pilha palito 1,5 w, alcalina, modelo: AAA. Embalagem com 2 unid.	UNID .	50	0	20 00	30	10	0	0	30	5	24	2149	
139	Pilha recarregável, composição: níquel (nh), tamanho pilha: pequena, modelo: AA, tensão:1,2V. Embalagem com 4 unidades	UNID .	50	0	15 00	0	10	0	0	0	0	6	1566	
140	Pilha recarregável, composição: níquel metal hidreto (NIMH), tamanho pilha: AAA, tensão:1,2V. Embalagem com 4 unidades	UNID .	50	0	15 00	0	15	0	0	0	5	4	1574	

141	Pilha, tamanho: pequena, tipo: alcalina, modelo: AA. Embalagem com 4 unidades	UNID .	50	0	1500	30	12	0	0	30	5	30	1657
142	Pincel atômico, material: plástico, tipo ponta: feltro, tipo carga: recarregável, cor tinta: variada	UNID .	0	0	100	200	0	0	0	0	0	0	300
143	Pincel desenho, material cabo: madeira, tipo ponta: chato, material cerda: pêlo sintético, tamanho:12	UNID .	0	0	33	0	0	0	0	0	0	0	33
144	Pincel desenho, material cabo: madeira, tipo ponta: chato, material cerda: náilon, tamanho:16	UNID .	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	50
145	Pincel desenho, material cabo: madeira, tipo ponta: chato, material cerda: pelo sintético, tamanho:04	UNID .	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	100
146	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: chato, material cerda: náilon, tamanho:06	UNID .	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	30
147	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: chato, material cerda: náilon, tamanho:14	UNID .	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	50
148	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: filete redondo, material cerda: náilon, tamanho:00	UNID .	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	30
149	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: redondo, material cerda: náilon, tamanho:06	UNID .	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	50

150	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: redondo, material cerda: náilon, tamanho:02	UNID .	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
151	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: redondo, material cerda: náilon, tamanho:08	UNID .	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
152	Pincel desenho, material cabo: plástico, tipo ponta: redondo, material cerda: náilon, tamanho:24	UNID .	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
153	Pistola aplicadora para cola quente características adicionais: tipo: manual, com gatilho. Tensão alimentação:110/220V potência 40W, aplicação colagem, entrada bastão de silicone de 8 mm.	UNID .	10	0	100	0	10	0	0	0	0	0	0	120
154	Pistola aplicadora para cola quente tipo: manual, com gatilho. Tensão alimentação:110/220V potência 60W, aplicação colagem, entrada bastão de silicone de 11 mm. Características adicionais: profissional	UNID .	10	0	100	20	10	0	0	0	0	0	0	140
155	Porta-lápis/clipe/lembrete, material: acrílico, cor: fumê, tipo: conjugado, comprimento:230 mm, largura:60 mm, altura:78 mm	UNID .	10	7	30	0	20	0	0	10	15	3	0	95
156	Prancheta portátil, material: acrílico, comprimento:360 mm, largura:260 mm, cor: incolor, características	UNID .	10	0	100	50	15	0	0	10	20	0	0	205

	adicionais: com prendedor metal parte superior central.													
157	Francheta portátil, material: madeira, comprimento:350 mm, largura:250 mm, características adicionais: com pegador metálico	UNID .	10	0	100	0	10	0	0	0	0	0	120	
158	Protetor crachá, material: com PVC cristal na parte da frente e PVC rígido na, comprimento:10 cm, altura:7 cm, características adicionais: com alça e garra do tipo jacaré. Pacote com 100 unidades	PCT	100	0	100	0	100	0	0	0	20	0	320	
159	Quadro avisos, comprimento:120 cm, finalidade: anexar avisos, material moldura: madeira, altura:90 cm	UNID .	10	0	100	20	5	0	0	0	3	0	138	
160	Quadro avisos, material: cortiça, comprimento:90 cm, largura:60 cm, finalidade: mural	UNID .	10	0	100	0	5	0	0	0	0	0	115	
161	Régua comum, material: plástico cristal, comprimento:30 cm, graduação: milimétrica, tipo material: rígido, cor: transparente. Pacote com 25 unidades	PCT	10	0	200	50	20	0	0	0	20	6	306	
162	Saco documento, material: plástico transparente, comprimento:33 cm, largura:24 cm, espessura:0,015 cm, aplicação: acondicionamento de documentos.	PCT	500	20	2000	30	30	0	0	0	0	0	2580	



	moldura em madeira													
168	Tesoura, material: aço inoxidável, material cabo: plástico, comprimento:21 cm	UNID .	10	10	150	0	10	0	0	5	0	5	190	
169	Tesoura, material: aço inoxidável, material cabo: plástico, comprimento:18 cm, características adicionais: cabo anatômico preto, ponta fina	UNID .	10	0	150	20	10	0	0	0	0	0	190	
170	Tesoura, material: aço inoxidável, material cabo: polipropileno, comprimento:5 pol, características adicionais: cor preta/extra corte/uso escolar. Caixa com 24 unidades	CX	10	10	150	0	0	0	0	0	20	0	190	
171	Tinta acrílica PVA cintilante para artesanato componentes: látex PVA, água, resina e pigmentos, aspecto físico: líquido viscoso, cor: a definir. Embalagem contendo 100 ml	UNID .	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	100	
172	Tinta aplicação carimbo, componente básico: álcool, cor: azul, embalagem com 40ml	UNID .	10	0	100	0	0	0	0	0	0	0	110	
173	Tinta aplicação carimbo, componente básico: álcool, cor: preta, embalagem com 40ml	UNID .	10	0	100	20	0	0	0	0	0	0	130	

174	Tinta aplicação: tecidos algodão, não tóxicas, tipo secagem: ar, cor: a definir. Embalagem com 250 ml	UNID .	0	0	300	10	0	0	0	0	0	0	310
175	Tinta guache, composição: resina vinícula/água/pigmento/cargas e conservante, cor: diversas, aplicação: pintura a pincel em papel/cartão e cartolina, características adicionais: Caixa c/ 12 frascos de 15 ml cada	CX	0	0	300	30	0	0	0	0	0	0	330
176	Tinta guache, composição: resina vinícula/água/pigmento/cargas e conservante, cor: diversas, aplicação: pintura a pincel em papel/cartão e cartolina, características adicionais: Caixa c/ 6 frascos de 30 ml cada	CX	0	0	300	30	0	0	0	0	0	0	330
177	Tinta PVA para artesanato composição: látex PVA, água, resina e pigmento cores diversas, embalagem contendo 500 ml, tipo acabamento: fosco, aplicação: artesanatos, roupas/tecidos, arranjos flores secas, apresentação: líquido viscoso	UNID .	0	0	200	0	0	0	0	0	0	0	200
178	TNT, gramatura: 100 g/m2, cor: variada, largura:1,40. Rolo com 50 metros.	UNID .	0	0	300	10	0	0	0	0	0	0	310
179	TNT, gramatura:40 g/m2, cor: variada, largura:1,40. Rolo com 50 metros	UNID .	0	0	300	30	0	0	0	0	0	0	330

VALOR TOTAL DO ESTIMADO R\$ 3.571.796,51

**Mônica Dantas Arruda Silva**  
Secretária Municipal Planejamento

ANEXO II  
Minuta da ARP  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [REDACTED]/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº [REDACTED]/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [REDACTED]/202X,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE IGREJA NOVA/AL, E A(S)  
EMPRESA(S) \_\_\_\_\_.

Tendo por **Órgão gerenciador** A prefeitura municipal de Igreja Nova/AL, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta, inscrita no CNPJ n.º [REDACTED], com sede à Rua [REDACTED], nº [REDACTED], bairro [REDACTED], CEP: [REDACTED], Cidade [REDACTED], neste ato representado pelo seu titular, Sr. [REDACTED], (nacionalidade, estado civil, profissão) inscrito no CPF sob nº [REDACTED], portador da carteira de identidade RG nº [REDACTED]/(UF), residente e domiciliado na rua [REDACTED] (endereço completo),

Tendo por **Órgão fornecedor beneficiário** a empresa: [REDACTED] (nominar a empresa), inscrição no CNPJ/MF sob nº [REDACTED], estabelecida na rua [REDACTED] (endereço completo) neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, já qualificado nos autos do processo acima referenciado.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA – AL, conforme especificações e quantidades discriminadas no seu Anexo abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor unit	Valor total
------	-----------	-------	--------	--------------	------------	-------------

1.2. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram a presente Ata de Registro de Preços na qualidade de Órgãos Participantes:

As Secretarias Municipais do Município de Igreja Nova.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS OBJETOS

3.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, em caso de contratação, deverá entregar os materiais, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, **no PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS**, contar da data de expedição da Ordem de Fornecimento, enviada a empresa através de e-mail ou de outro meio hábil.

3.2. Para efeito de verificação da conformidade ou não do material fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o Município de Igreja Nova/AL, através do Setor Competente a ser identificado, terá o prazo de 24 horas, contado da data de entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva nota fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta instituição.

3.3. O material solicitado deverá ser entregue na sede da Secretaria solicitante ou em endereço informado na Autorização de Despesa e/ou Ordem de Fornecimento, das 8h à 12h00min, e das 13h00min, às 16h30min (horário local, em dias úteis).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O valor global desta ATA é de R\$ [REDACTED]. (extenso)

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

5.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a serviço pretendida, sendo assegurado ao FORNECEDOR BENEFICIÁRIO a preferência de serviços em igualdade de condições.

5.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

5.3. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital de licitação, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Gerenciar a presente Ata de Registro de Preços, indicando, sempre que solicitado, o nome do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações do objeto registrado;

6.1.2. Encaminhar cópia da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes;

6.1.3. Observar para que, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, sejam mantidas por parte do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.4. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de Preços Registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.5. Comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata de Registro de Preços.

6.2. Constituem obrigações do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

6.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços, retirar a respectiva Nota de Empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

6.2.2.1. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta ARP não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

6.2.3. No caso de contratação:

6.2.3.1. Fornecer/Entregar os produtos constante desta Ata de Registro de Preços;

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

7.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO deve apresentar, após a entrega do objeto registrado, nota fiscal emitidas e entregues ao gestor responsável, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da comprovação de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede e certidão negativa de débitos trabalhistas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Os preços poderão ser revistos, por solicitação do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, na hipótese de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro desta Ata de Registro de Preços.

8.2. É vedado ao FORNECEDOR BENEFICIÁRIO interromper o fornecimento do objeto registrado enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital de licitação.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

9.1. O FORNECEDOR BENEFICIÁRIO que, por qualquer forma, não cumprir as normas desta Ata de Registro de Preços está sujeito às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

9.1.4. Descredenciamento ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas;

9.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As sanções previstas nos subitens 9.1.1., 9.1.3., 9.1.4. e 9.1.5. desta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

9.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas da Ata de Registro de Preços celebrada.

9.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

9.5. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

9.5.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO permanecer inadimplente;

9.5.2. Por até 12 (doze) meses, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

9.5.3. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

9.5.3.1. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços; ou

9.5.3.2. For multado, e não efetuar o pagamento.

9.6. O prazo previsto no item 9.5.3. Poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.

9.7. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas, por igual período.

9.7.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

9.7.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

9.7.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços serão cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

10.1.1. Por iniciativa do ORGÃO GERENCIADOR, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO:

- 10.1.1.1. Descumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- 10.1.1.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou ainda, pela recusa da assinatura do contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 10.1.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese de estes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado;
- 10.1.1.4. Houver razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 10.1.1.5. Der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços;
- 10.1.1.6. Incurrir em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços;
- 10.1.2. A pedido do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, quando comprovada a ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 10.1.2.1. A solicitação do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 10.1.3. Por acordo entre as partes, quando o FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, mediante solicitação por escrito aceita pela Administração, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do edital que deu origem ao Registro de Preços ou de cumprir as cláusulas e condições desta Ata de Registro de Preços.
- 10.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência, Aviso de Recebimento (AR), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- 10.2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o Preço Registrado na data de publicação na imprensa oficial.
- 10.3. A contratante poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar a Ata, sem que com isso, o fornecedor tenha direito a interpor recursos ou indenizações.

#### **CLÁUSULA ONZE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

- 11.1. A presente Ata de Registro de Preços fundamenta-se:
- 11.1.1. Federal nº 10.520/2002;
- 11.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006;
- 11.1.3. Na Lei Federal n. 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.237/1991;
- 11.1.4. Decreto Federal 7.892/2013
- 11.2. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos do Processo nº 10270003/2023 especialmente:
- 11.2.1. Do Edital do Pregão Eletrônico;
- 11.2.2. Da proposta vencedora da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DOZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. As disposições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de contrato ou termo de referência.
- 12.2. É VEDADO efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3. **É VEDADO A ADESÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FIGURA DO CARONA.**

**CLÁUSULA TREZE – DO FORO**

13.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Igreja Nova - AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Igreja Nova/AL, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
Prefeita  
(Órgão gerenciador)

\_\_\_\_\_  
**Fornecedor Beneficiário**

Testemunhas:  
Nome: CPF nº:  
Nome: CPF nº:

ANEXO III  
PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_\_/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° \_\_\_\_/2023  
CONTRATO N° \_\_\_\_/202X

TERMO DE CONTRATO N° \_\_\_\_/202X, QUE  
ENTRÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IGREJA  
NOVA/AL E A EMPRESA [REDACTED],  
XXXXXXXXXXXX

**CONTRATANTE:** Município de Igreja Nova - Alagoas, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada a Rua – Igreja Nova – Alagoas – CEP: 57.660-000, neste ato representada por seu chefe do executivo, o Sr. Prefeito \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, agente público, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_, portador da carteira de identidade RG nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor/UF) residente e domiciliado na rua (endereço completo).

**CONTRATADO:** A empresa [REDACTED], inscrição no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada pelo Sr(a). [REDACTED] (estado civil, profissão, nacionalidade), CPF \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_ e RG. [REDACTED] (UF), domiciliado na Rua (indicar endereço completo), para assinatura do contrato, conf. indicado seus poderes no contrato social da empresa.

Os CONTRATANTES celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO PARA **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IGREJA NOVA – AL, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objetivo contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES MENCIONADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A CONTRATADA, deve efetuar a entrega dos veículos, de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, **no PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS**, contar da data de expedição da Ordem de Fornecimento, enviada a empresa através de e-mail ou de outro meio hábil.

2.2. Caso Insatisfatório a execução do fornecimento, lavra-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se conseguirão vícios, defeitos ou incorreções existentes, resultants da desconformidade com as especificações discriminadas neste contrato. Nessa hipótese, todo o objeto deste contrato será rejeitado.

2.3. A CONTRATADA dverá executar fielmente as entregas de acordo com as aquisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado.

2.4. A CONTRATADA, em caso de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações técnicas contidas neste Termo, deverá promover a sua substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação do Órgão público municipal requerente.

2.5. Caso o produto necessitar de troca, as despesas também ficam a cargo do fornecedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E REVISÃO DOS PREÇOS**

3.1. O preço global deste contrato é de R\$ [REDACTED] (extenso) sendo as suas discriminações relacionadas abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor unit	Valor total
------	-----------	-------	--------	--------------	------------	-------------

3.2. Os preços poderão ser revistos, por solicitação da CONTRATADA somente para que seja

mantido o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato.

3.3. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, verificar que o valor registrado, está acima dos preços praticados no mercado, convocará a CONTRATADA, através de correspondência oficial, para adequar os preços registrados aqueles oficialmente reconhecidos pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação do documento;

3.4. Na hipótese da CONTRATADA não efetuar a adequação dos preços de mercado, a CONTRATANTE, o seu critério, poderá cancelar parcial ou totalmente o contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS**

4.1. A despesa com a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato corre à conta do seguinte crédito orçamentário, nos seguintes grupos de trabalho:

##### **FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:**

04.122.00012.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
04.123.00012.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
26.122.00012.010 - MANUTENÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO  
04.122.00012.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO  
12.122.00012.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
08.122.00012.007 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
20.122.00012.008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
15.122.00012.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
13.122.00012.011 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E LAZER  
10.122.00013.009 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
10.301.00013.001 – MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE  
10.302.00013.003 – MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE  
10.122.00013.010 – MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE  
08.122.00017.013 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.122.00017.002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BLOCO DE GESTÃO DO SUAS (IGD SUAS)  
08.244.00017.004 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO (IGDBF)  
08.244.00017.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CREAS  
08.244.00017.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS  
08.243.00017.012 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
08.243.00017.003 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS  
12.361.00024.002 – FUNDEB/ENSINO FUNDAMENTAL – 30%  
12.361.00015.003 – QSE – MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
04.122.00016.017 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL

##### **NATUREZA DA DESPESA:**

3.3.9.0.30.00.00.0000 – MATERIAL DE CONSUMO

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.**

5.1. **O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.**

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

6.1. Cabe ao CONTRATANTE:

- 6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 6.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir a obrigação de prestação dos serviços dentro das normas do contrato;
- 6.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos deste contrato;
- 6.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;
- 6.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;
- 6.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;
- 6.1.7. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.8. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Diário Oficial dos Municípios - AMA, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, contanto que isso ocorra dentro de 20 (vinte) dias, contados da referida assinatura.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

7.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

7.1.1. Executar os serviços contratados obedecendo às especificações discriminadas neste contrato;

7.1.2. Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

7.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

7.1.4. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

7.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

7.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços recusados e devolvidos pelo CONTRATANTE, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

7.1.8. Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

7.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

7.2.1. Em relação aos seus funcionários, que não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, todas as despesas decorrentes da execução deste contrato e outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

7.2.2. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

7.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

#### **7.4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

7.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

7.4.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE,

7.4.3. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pelo gestor designado pelo contratante.

8.2. O gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: expedir ordens de execução de serviços; proceder ao acompanhamento técnico da execução dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar à CONTRATADA o

descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais; atestar as notas fiscais para efeito de pagamento; recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique perfeita vista em desacordo com especificações discriminadas neste contrato; solicitar reparação, correção, remoção, EXPEDIENTE ou substituição, no total ou em parte, dos serviços recusados e devolvidos; solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias á boa execução dos serviços contratados.

#### **CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontra-se adimplente com a Fazenda Pública Estadual; Federal; Municipal; FGTS e Trabalhistas.

9.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento contratual, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

9.3. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação;

9.4. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA;

9.4.1. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;

9.4.2. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.5. Caso a CONTRATADA não apresente a certidão exigida no item 9.2, ou seja, verificada, a qualquer tempo, a irregularidade fiscal, o pagamento devido será suspenso;

9.6. A CONTRATADA deve apresentar, após a execução dos serviços, nota fiscal em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada da acompanhada da comprovação de:

9.7. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento definitivo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, **(Banco, Agência e conta corrente)**

#### **CLÁUSULA DECIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES**

11.1. A CONTRATADA que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita às seguintes sanções, assegurados o contraditório e amplo defesa, nos termos do Decreto Estadual nº 4.054/2008:

11.1.1. Advertência por escrito;

11.1.2. Multa;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas;

11.1.4. Descredenciamento ou proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas;

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1., 11.1.3., 11.1.4. e 11.1.5. deste contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas do contrato celebrado.

11.4. A multa aplicável será de:

11.4.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.4.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

11.4.3. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução dos serviços, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação das multas previstas nos subitens 11.4.1 e 11.4.2.;

11.4.4. 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em concluir os serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;

11.4.5. 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho;

11.4.6. 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho.

11.4.7. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;

11.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

11.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução dos serviços, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

11.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução dos serviços, a Nota de Empenho ou contrato deverá ser cancelada ou rescindida, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

11.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

11.9.1. Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a CONTRATADA permanecer inadimplente;

11.9.2. Por até 12 (doze) meses, quando a CONTRATADA falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

11.9.3. Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a CONTRATADA:

11.9.3.1. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

11.9.3.2. For multada, e não efetuar o pagamento.

11.10. O prazo previsto no item 11.9.3 poderá ser aumentado até 5 (cinco) anos.

11.11. O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, sendo aplicadas, por igual período.

11.11.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.11.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

11.11.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, quanto à Administração Pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A rescisão deste contrato pode ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

12.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de eventual rescisão contratual.

#### **13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. A **CONTRATADA e a CONTRATANTE** respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente instrumento;

13.2. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste instrumento ou no exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;

13.3. As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes, serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados;

13.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste instrumento, até o limite estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações;

13.5. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no

instrumento convocatório que deu origem a esta contratação;

#### **14. CLAUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Os contratantes elegem o foro da Cidade de Igreja Nova, Estado de Alagoas, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não possam ser resolvidas administrativamente, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

Igreja Nova/AL em, \_\_\_de \_\_\_\_ de 202X

\_\_\_\_\_  
Prefeito  
(contratante)

\_\_\_\_\_  
empresa  
(contratada)

Testemunhas:

Nome: CPF nº:

Nome: CPF nº:

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO CONJUNTA DO EDITAL**

A empresa \_\_\_\_\_ com CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ DECLARA para fins de participação no pregão eletrônico nº 31/2023 originado do processo administrativo nº 10300015/2023 que objetiva registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente.

Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 (No caso da empresa ser ME, EPP ou COOP);

Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

Que inexistem fatos supervenientes ou impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

---

Local e Data.

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

**ANEXO V – Modelos de Proposta Comercial**

Razão Social da Licitante:

CNPJ: \_\_\_\_\_ Endereço: .....

CEP: .....Telefone:.....FAX:.....

E-Mail:.....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preço unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

Item	Descrição	Descrição Detalhada do Objeto			Preço Expresso em R\$	
		Marca e Modelo	Unidade	Quant.	Unitário	Total
					XXX	XXX
01	XXXXXXXXXX	XX	XX	XX		
Total Geral						

**DECLARAMOS** que no valor ofertado estar inclusa todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução dos serviços, tais como, as despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, contribuições, seguros, despesas com materiais e mão de obra, e qualquer outra incidência fiscal, trabalhista, previdenciária e demais encargos necessários a perfeita prestação dos serviços objeto do pregão em epigrafe;

**DECLARAÇÃO** que validade da proposta no mínimo de **60 (sessenta) dias**;

**DECLARAÇÃO** que conhecemos as condições de pagamento de acordo com o previsto no instrumento convocatório;

**DECLARAÇÃO** que aceita e atende todas as especificações do objeto e condições constantes neste edital.

**DECLARAÇÃO** que está de acordo com todas as normas e condições deste pregão.

Banco, agência e conta corrente.

Dados do responsável pela assinatura do contrato (Nomes, Nacionalidade, Profissão, Estado civil, Cargo na empresa, CPF, RG e Endereço)

Local e Data.

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)